

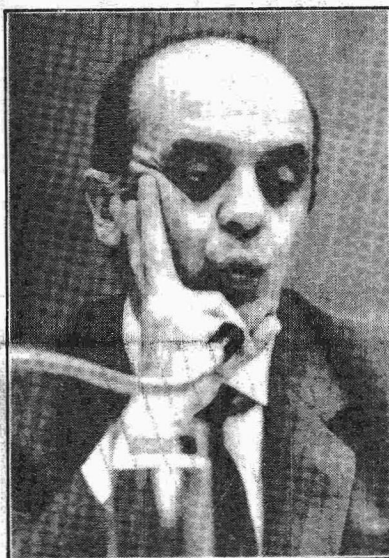
# Congresso pode cortar gastos públicos em 90. Este <sup>Orçamento</sup> ano não dá.

Na avaliação do deputado José Serra (PSDB-SP), o desequilíbrio orçamentário da União deverá atingir, este ano, 9,5% do Produto Interno Bruto: as despesas estão sendo projetadas em 26,9% do PIB, enquanto a receita ficará em 17,4%, sem considerar as emissões de títulos.

Serra não acredita que esse quadro possa ser alterado, pois já estamos no meio do ano e as despesas com recursos vinculados, que representam 7,5% do PIB ou 27% das despesas totais, não podem ser cortadas; as despesas com o serviço da dívida de transferências a Estados e Municípios também não podem ser cortadas e chegam a 8,5% do PIB ou 32% dos gastos totais; e as despesas com pessoal e encargos sociais, mesmo que fossem cortados, teriam um resultado muito modesto. Um corte de 20% (inviável) representaria cerca de 1% do PIB.

De acordo como os cálculos de Serra, as despesas vinculadas — que o Congresso não pode emendar — chegam a 94,4% do orçamento. Além disso um eventual aumento dos tributos e contribuições também não traria grandes resultados, por várias razões. Em primeiro lugar, o Legislativo tenderia a rejeitá-la; depois seria corroído pela inflação e pelo aumento da sonegação; por fim seria em parte transferido para Estados e Municípios. A colocação de títulos poderia ser um caminho mais fácil, mas Serra questiona até que ponto o mercado estaria disposto a absorver o equivalente a vários pontos percentuais do PIB, em títulos públicos.

Considerando todos esses pontos, ele conclui que o desequilíbrio orçamentário deste ano deverá mesmo chegar a 9,5% do PIB. E, se o País conseguir atravessar a atual crise fiscal que é a maior da sua história; conseguir escapar de uma situação semelhante à que a Argentina está vi-



*Serra: pessimismo com o orçamento deste ano.*

vendo atualmente (hipótese que Serra não descarta); e mantiver condições parecidas com as deste ano, o deputado prevê que, em 1990, o desequilíbrio poderá chegar a quase 11% do PIB. As despesas chegariam a 29% do PIB, enquanto as receitas iriam para 18,4%.

A partir desse diagnóstico é que o deputado José Serra desenhóu um rigoroso substitutivo do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990, que deverá ser votado pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso amanhã ou na quarta-feira. Se for aprovado, poderá garantir maior equilíbrio das finanças públicas no próximo ano, que será o primeiro do novo governo.

Veja os pontos principais do substitutivo que, como reconhece Serra, não conseguirá consertar as finanças do País, mas poderá ser um passo importante nesse sentido:

— O montante das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social não poderá ser superior ao das receitas, excluindo-se da despesa o serviço da dívida, o refinanciamento da dívida externa, as despesas com reforma agrária (fi-

nanciadas por títulos da dívida pública e equivalentes a 10% da receita tributária); e da receita, o produto da emissão de títulos da dívida pública.

— redução dos incentivos e subsídios fiscais em 50% (passarão de 1,5% para 0,75% do PIB)

— captação de recursos no mercado acionário, por parte de empresas públicas rentáveis, sem que o governo perca o controle acionário.

— Limitação das despesas com pessoal ao mesmo montante de 1989, corrigido pela variação do índice oficial de preços. Extinção de 80% dos cargos vagos em 1º de janeiro e proibição de serem preenchidos mais de 50% dos cargos cuja vacância ocorrer em 1990.

— cortes nos gastos com publicidade e contratação de empresas de consultoria.

— refinanciamento da dívida externa dos Estados e municípios, com aval da União, implicando desembolsos para o atendimento de até 75% da dívida vinculada em 90 e reembolsos da dívida vencida. Determina ainda que o Executivo enviará projeto de lei dispondo sobre as condições para refinaranciar a longo prazo o estoque de dívidas acumuladas junto ao governo.

— regulamentação do imposto sobre grandes fortunas.